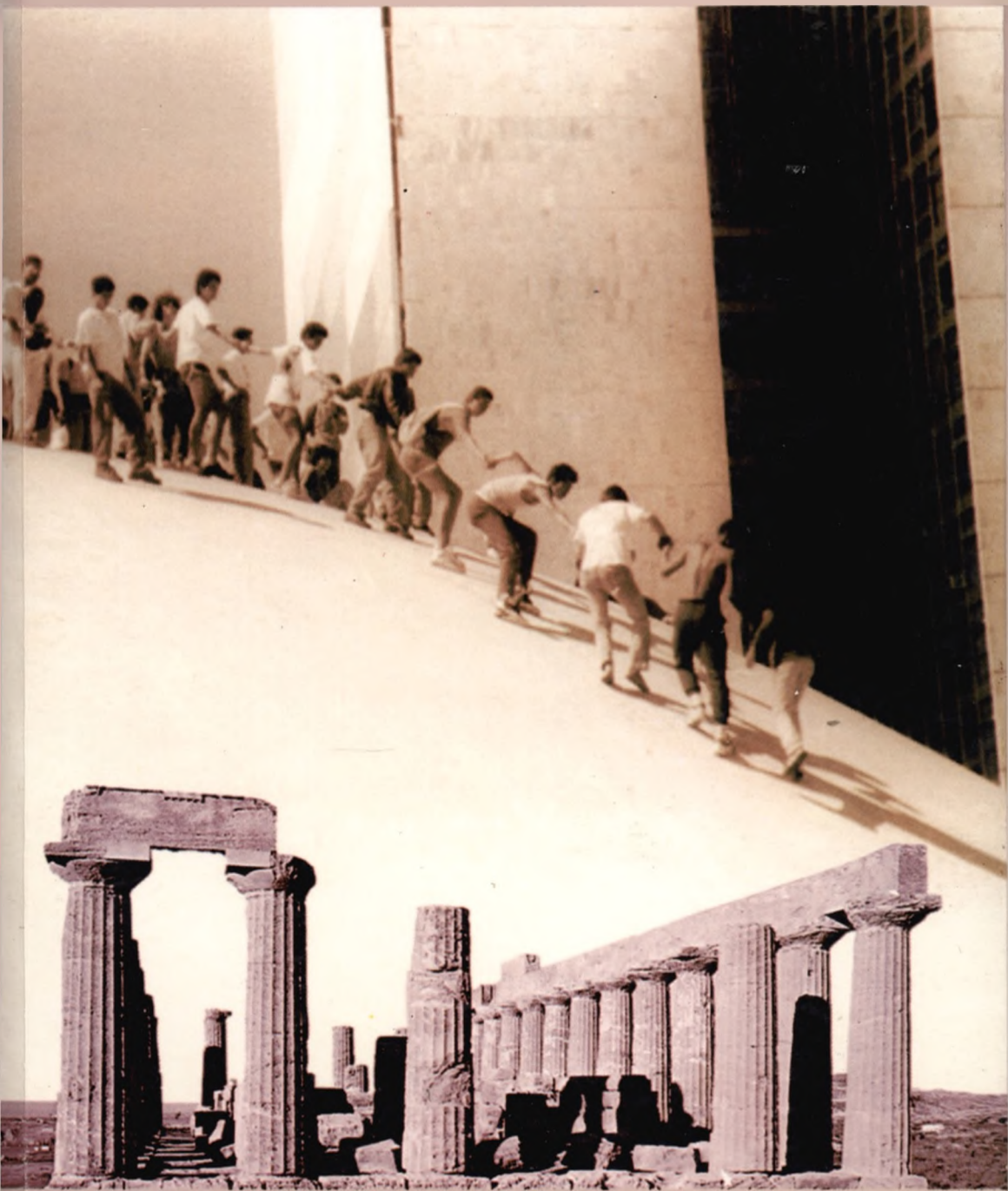


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jelju Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil



## APRESENTAÇÃO

*Hermes Zaneti*  
*Coordenador do Projeto Constituição*

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

## DEMOCRACIA COM EQÜIDADE: UM DIREITO?

*Lia Zanotta Machado*  
*Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbio*  
*e Programas Internacionais da UnB*

Em Copenhague, a Cúpula Social concluiu que a eqüidade é a resposta estável para o futuro do mundo inteiro. A eqüidade é o grande desafio para o século XXI. É o desafio para a consolidação das democracias. Ao mundo economicamente globalizado é preciso agregar as temáticas sociais da desigualdade e da exclusão em nome dos valores humanos. Acordaram os chefes-de-Estados que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre mercado, sociedade e Estado.

Com certeza, a declaração de que o “desenvolvimento é um direito” dos povos e dos indivíduos no âmbito das conclusões da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, à qual tive oportunidade de estar presente como observadora na delegação brasileira, representa uma continuidade da linha-gem de conferências e encontros mundiais das Nações Unidas que, nos últimos trinta anos, vêm progressivamente aumentando as temáticas sociais nas Agendas Mundiais. Cada novo item incorporado se respalda em acordos anteriores. Assim, a Conferência Mundial sobre as Mulheres reafirma a noção de desenvolvimento como direito que fôra inaugurada na Cúpula Social de Copenhague, e se apóia em relação ao direito reprodutivo na Conferência sobre Populações realizada no Cairo.

A oportunidade de debater com o Embaixador Somavia é honrosa e instigante. O Embaixador nos convoca ao otimismo. As conferências e encontros das Nações Unidas têm o papel precursor de instaurar novos conceitos e novas abordagens sobre temáticas sociais, legitimando a necessidade de buscar soluções e comprometendo os Estados nessas tarefas.

Com certeza, sem tais conferências, nem o objetivo da erradicação da pobreza nem o objetivo da erradicação de toda e qualquer discriminação entre homens e mulheres teriam sido formulados da mesma maneira no nível internacional. Estou plenamente de acordo com seu papel precursor e progressivo de expansão da noção de direitos sociais. As conferências se nutrem de novas formulações das questões sociais por distintos segmentos das sociedades civis e buscam consolidar novas conceituações e compromissos em torno dos Estados sobre direitos dos povos e dos indivíduos. Participam, assim, da gestação e consolidação de novas formas de pensamento sobre a definição da noção de direitos humanos.

O meu pessimismo advém de que todas essas conferências e encontros deixam intocado o divórcio entre a questão econômica e a questão social. É como se fossem questões ou dimensões de natureza distintas. As temáticas sociais são pensadas como devendo se agregar à lógica econômica, buscando o equilíbrio entre o “mercado” e os “valores humanos”. O debate sobre o meio ambiente, o crescimento das populações, os direitos iguais entre homens e mulheres, os direitos dos povos indígenas, o hábitat, o direito à moradia e o direito ao desenvolvimento parece responder ao reconhecimento de que a nova ordem econômica mundial é sujeita às regras inevitáveis do mercado e que, por si só, não leva à equidade.

Os países desenvolvidos, na preparação da Cúpula de Copenhague, concordaram que a temática social da exclusão não atinge somente os países pouco desenvolvidos, mas todo o grupo dos mais desenvolvidos. Em Copenhague e em Beijin, estiveram de acordo com a erradicação da pobreza. Não estiveram de acordo, em nenhum dos encontros, em abrir o debate sobre a política do “ajuste estrutural” que tão bem expressa, a meu ver, as regras da “nova ordem econômica mundial”, regras que, diferentemente do que se quer acreditar, não são impostas por um “mercado” por natureza inevitável, mas por um mercado que é passível de regulação e sujeito a uma dada ordenação política mundial.

Durante a minha estada na IV Conferência Mundial das Mulheres me perguntei sobre os novos fundamentalismos emergentes. Um deles, crescente nos novos Estados religiosos, é o da inevitabilidade das diferenças dos papéis sociais entre homens e mulheres, “fundada” na diferença de sua natureza, traduzíveis, por exemplo, no não-reconhecimento ao direito das mulheres à liberdade sexual ou no não-reconhecimento ao direito igual à herança entre homens e mulheres. Ficou evidente que a questão do fundamentalismo não é apenas de ordem na defesa da diversidade cultural, isto é, simples continuidade da tradição islâmica. Não se trata de conservar determinados valores sagrados. No cenário internacional, o fundamentalismo aparece como uma reinvenção enrijecida e congelante de valores que se propunham como orientadores de condutas. A novidade radical é que os valores não estão sendo postulados como costumes, quer civis quer religiosos, estão sendo regulados de forma autoritária por aparelhos estatais nacionais.

Não haveria, portanto, um outro tipo de fundamentalismo? Não seria também de natureza fundamentalista a postulação da inevitabilidade das regras do mercado, da nova ordem econômica mundial? Por que não é possível pensar que o mercado internacional pode ser regulamentado levando em conta a questão da equidade entre povos e indivíduos? Enquanto o de-

safio da equidade não for capaz de interrogar e desnaturalizar a “nova ordem mundial”, e a equidade for pensada apenas como um valor social a ser agregado a uma ordem econômica cega e naturalizada, à qual devem povos e indivíduos se adequar, sinto-me fadada a um alto grau de pessimismo sobre a generalização da equidade como valor e sobre a fatibilidade da erradicação da pobreza.

No decorrer da discussão sobre os termos da Declaração Política da IV Conferência Mundial em Beijin, ouvi um delegado de um dos Estados religiosos fundamentalistas declarar que o direito à liberdade sexual das mulheres, tal como proposto nos termos das delegações européias, precisaria de mais um século para se realizar. Outro contra-argumentou indignado que precisaria não de um século, mas de um milênio... Se a erradicação da pobreza precisar de uma regulamentação do mercado mundial, e de uma reformulação do “ajuste estrutural”, para não mais incidir sobre os mais frágeis como bem diz e quer o Embaixador Somavia, que tempo será preciso? Um século ou um milênio?

Em Beijin, o recorte Norte-Sul ficou claro na polarização entre o Grupo dos 77 países em desenvolvimento que, hoje, são de fato mais de 100, apoiados pelo Vaticano, contrapondo-se aos países desenvolvidos, na luta pela idéia da redução da dívida multilateral e pela crítica ao ajuste estrutural, postulando esses dois caminhos como indispensáveis para a erradicação da pobreza e para qualquer efetivação da idéia do desenvolvimento como direito.

Foi outra a geografia das alianças sobre os direitos das mulheres. Aqui, o Vaticano se aliou aos países onde os Estados se definem como religiosos muçulmanos e aos países da América Latina onde os Estados se articulam com a Igreja Católica. Essa nova geografia desenhou contornos muito próximos da oposição entre Estados laicos e religiosos... Esses novos fundamentalismos transformam a diversidade cultural em objeto da interferência dos aparelhos de Estado, isto é, o Estado passa a controlar a fidelidade dos fiéis. Isto é uma invenção, uma postulação política e econômica desses novos fundamentalismos.

Será que, da parte dos países de origem não-ocidental, o crescimento dos movimentos fundamentalistas não recebe parte de sua força por meio da idéia da construção de barreiras para uma nova ordem econômica que se visibiliza como indiferente a qualquer ética humanista? Estariam reagindo a uma ordem econômica de ajuste estrutural que não dá espaço ao desenvolvimento de seus países, e alimentando-se de um nacionalismo religioso?

As propostas centrais da equidade e a do desenvolvimento como direito da Cúpula Social de Copenhague parecem-me decorrentes do reconhecimento de que os efeitos da nova ordem econômica mundial deram visibilidade ao anestesiamiento das questões éticas. Tornou-se visível que há um “vazio” na discussão mundial e nacional sobre as questões éticas que a globalização coloca. Se o “mundo” se torna mais próximo, mais próximas também estão as diversidades culturais e mais fortes as interferências mútuas entre poderes locais, nacionais e internacionais; menos claras estão as fronteiras entre a ordem política e a econômica e entre os poderes privados e os públicos.

O termo “globalização” associado à idéia de inevitabilidade está sendo “fetichizado”. É escasso o questionamento sobre seus múltiplos sentidos. Está preso a uma percepção do senso comum, de naturalização dos efeitos da nova ordem econômica mundial.

Não é por acaso que as questões sociais mundiais, e a questão da ética, chegam às organizações internacionais em resposta a movimentos de sociedades civis e de organizações não-governamentais. Como a problemática ética não está incluída na questão da globalização da ordem econômica mundial, colocá-la no debate das Nações Unidas passa a ser quase uma revolução simbólica. A problemática do meio ambiente, que se torna cada vez mais gritante com a globalização da economia, chega às Nações Unidas pelo debate das organizações não-governamentais. É por isso que as conferências mundiais passam a ser precursoras de um futuro onde as Nações se comprometem com Agendas Internacionais...

Esse é o papel quase simbolicamente revolucionário dos encontros e conferências das Nações Unidas. Quase, digo, pois talvez a inauguração simbólica revolucionária tenha sido a dos movimentos sociais da sociedade civil. Mas a sua legitimação simbólica no nível dos Estados-nações é resultado, sem dúvida, dessas conferências e encontros.

O meu pessimismo em relação ao papel das conferências e encontros de cúpula como precursores do futuro dos direitos humanos e de novas formas de pensar os direitos humanos parte do entendimento de que a questão da equidade e a questão da erradicação da pobreza sejam ainda posicionadas no âmbito das Agendas como prioritariamente de natureza exterior a uma ordem econômica naturalizada. Como questões que pudessem e devessem ser resolvidas em nome de uma separada ordem ética ou de uma separada ordem social.



O ajuste estrutural ainda não perdeu seu caráter de inevitabilidade... A postulação do desenvolvimento como direito, da erradicação da pobreza e de uma democracia com equidade parecem ter sentido no tom e na musicalidade da linguagem dos direitos, mas não postas na partitura competente da ordem econômica.

A erradicação da pobreza parece longe de ser alcançada na atual ordem mundial globalizada, que parece estar cega a qualquer possibilidade de regulamentação internacional em nome dos direitos dos povos e dos indivíduos.

Concluo perguntando o que fazer para que a erradicação da pobreza não seja uma senha simbólica vazia, mas sim um valor ético operador, capaz de repensar os rumos da ordem econômica mundial. Só assim, sendo o desenvolvimento um direito individual, teremos o direito à democracia com equidade.





Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514